

POLÍTICA

Antes da homenagem na FMU, o relator da Sistematização defendeu a livre iniciativa, a instabilidade de emprego e criticou a anistia.

Uma festa paulista para Cabral



Cabral: um dia agitado e muitas explicações.

Diretas: e o projeto deixou de ser votado.

Foi encerrado ontem o prazo de cinco dias para deliberação do projeto de decisão do deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que pretendia antecipar para 15 de novembro do próximo ano as eleições presidenciais sem que pudesse ser votado pela Comissão de Sistematização. A matéria, que recebeu parecer contrário do relator Bernardo Cabral, foi remetida ao presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães.

Analisando as alternativas que hoje se apresentam ao presidente Sarney quanto à duração de seu mandato, o deputado Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) acredita que o chefe de governo terá de escolher entre o presidencialismo com cinco anos ou o parlamentarismo com seis. "O presidente vai acabar aceitando o sistema parlamentarista de governo", previu o deputado. Como consequência, Israel Pinheiro Filho acredita que triunfará o parlamentarismo, pois, com o apoio presidencial, essa proposta "vence com maioria absoluta". Segundo Israel Pinheiro Filho, "hoje Sarney não aceita o parlamentarismo, mas mudará de opinião no futuro".

Na Constituinte, as duas

questões (sistema de governo e mandato) serão debatidas em plenário, na Comissão de Sistematização e depois na Assembleia Nacional. O esboço do substitutivo a ser elaborado pelo relator Bernardo Cabral manterá a proposta de cinco anos de mandato para os presidentes da República e regime de governo parlamentarista, conforme o atual projeto da Comissão de Sistematização. Esse esboço do substitutivo será concluído neste final de semana para ser avaliado pelos líderes do PMDB e do governo. Só depois disso, o texto será remetido aos demais partidos.

Enquanto isso, o deputado Ulysses Guimarães trabalhou ontem como um dos relatores-adjuntos da Sistematização, enxugando o texto e analisando os quatro substitutivos já apresentados, assim como as emendas.

E a Comissão de Sistematização aprovou o recebimento de mais 18 emendas populares, devendo retomar essa tarefa na segunda à noite, para decidir sobre o acatamento das propostas protocoladas até a meia-noite da última quinta-feira. Depois, essas emendas serão submetidas ao plenário da Constituinte, para análise de seu mérito.

Hércules, consenso... E muitos desentendimentos.

Não deu certo a pretendida união entre o grupo dos "32", liderado pelo senador José Richa, e o do "consenso", formado em torno do deputado Euclides Scalco, ambos do PMDB. Diante dos desentendimentos quanto a alguns dos principais pontos do projeto de Constituição, o grupo de Richa optou por apresentar um projeto global, denominado "Hércules", enquanto o grupo de Scalco decidiu encaminhar emendas ao anteprojeto da nova Carta.

A questão da reforma agrária foi objeto de dez emendas, uma delas estabelecendo o limite de 300 hectares para alienação ou concessão, a qualquer título, de terras públicas a uma só pessoa, física ou jurídica. As emendas do grupo do "consenso" propõem ainda, em outros dispositivos, que a área máxima da propriedade rural será fixada em lei ordinária; que não podem ser desapropriados, por interesse social, os pequenos e médios imóveis rurais, desde que seus donos não possuam outro imóvel rural; e atribui competência à União para desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel que não esteja cumprindo sua função social, em áreas prioritárias, mediante indenização em títulos da dívida agrária.

O grupo também apresentou emenda dispondo que o mercado interno integra o patrimônio nacional, enquanto a lei poderá estabelecer reserva temporária de mercado para empresas nacionais, em setores considerados estratégicos para a defesa nacional ou à autonomia tecnológica do País. Três outras emendas referem-se à educação, uma delas criando a gestão democrática do ensino, com a participação de professores, alunos, funcionários e representantes da comunidade. Uma outra cria o salário-educação, para reforçar o financiamento do ensino público fundamental, a ser recolhido pelas empresas.

Já o grupo dos "32" resolveu estabelecer a discussão, a partir de agora, na ordem inversa do grau de polêmica dos temas. Dessa forma, segundo José Richa, seu coordenador, o sistema de governo deverá ser o último tema a entrar em discussão, por ser considerado o mais polêmico e difícil de todos. O senador se diz defensor do parlamentarismo, mas também de sua instalação gradual, por achar impossível sua introdução sem três pré-requisitos básicos, que inexistem: "Partidos políticos fortes, Congresso com plenas prerrogativas e uma tecnoburocracia estável".

O que poderá representar a homenagem vivida ontem à noite pelo deputado Bernardo Cabral, na FMU (Faculdades Metropolitanas Unidas), quando compareceram ministros de Estado, dois governadores, tantas outras autoridades?

Seria uma forma, neste fim de jornada, de solidariedade ao relator da Comissão de Sistematização pela sua defesa à livre iniciativa, a liberdade de economia de mercado e a instabilidade de emprego, deixando transparente o caminho da Constituinte, cujo texto substitutivo será entregue no próximo dia 23?

Poucos jornalistas entenderam a defesa pela "instabilidade do emprego" a que o deputado Bernardo Cabral referiu-se. Para ser absolutamente claro, fez questão de escrever do próprio punho, no caderno de anotações de um jornalista:

— É bom que não se confunda estabilidade do emprego com instabilidade no emprego. Se não forem criados mecanismos previstos que ponham fim à instabilidade, o instituto da estabilidade poderá resultar em mera fantasia.

Ele quer pôr fim à inquietação do empregado e a perplexidade do empresário, diante do enfoque que muitos estão querendo dar ao problema. Quer a conciliação entre empregados e empresários.

Durante a tarde, o deputado conversou com a imprensa, fez uma visita ao Tribunal de Justiça e depois ao prefeito Jânio Quadros, sofrendo o percalço de ver seu carro — placa CW-4444 — quebrar em plena avenida Liberdade.

Nada seria capaz de alterar o seu bom humor num dia que lhe era tão significativo. Falou sobre as pressões que sofreu durante todo tempo como relator da comissão de Sistematização da Constituinte:

— Pressões sempre existem, de todos os lados. Eu gostaria apenas de ter mais tempo.

Quais pressões foram piores — queriam saber os jornalistas: dos lobbies das empresas ou populares?

O deputado levantou a cabeça, olhou para quem fazia a pergunta, e explicou:

— São diferentes. A emenda popular tem mais validade, significa que o povo está lutando, mostrando o que quer. O lobby de uma empresa é válido, mas diferente.

Por acaso, o chamado projeto Hércules (texto dos moderados) do senador José Richa terá influência. Qual será o perfil do projeto?

Bernardo Cabral já está tão escolado sobre esse tipo de pergunta que responde sem titubear:

— Será o perfil do que a Nação está reclamando, uma síntese jurídica da vontade da Nação. Nem tão avançada que não possa ser cumprida; nem tão passada que seja considerada retrógrada.

Será um texto fechado em cerca de 250 artigos, segundo o relator, onde poderá estar incluído sistema de governo ou duração do mandato do presidente. Evidente que Bernardo Cabral não terá mais tempo para fazer uma reavaliação pessoal de todas as emendas, seria fisicamente impossível, mas os computadores estão trabalhando por ele.

— As diretas 88 podem passar?

— Claro que sim — responde o deputado

com paciência. Existem dois componentes sobre a questão; o presidente da República de um lado, e o povo do outro.

Logo, sem um destes, o prejuízo é certo. Bernardo Cabral lembrou ontem, diante de tantos jornalistas, que durante o trabalho como relator da Comissão de Sistematização, teve momentos emotivos fortes, e citou o problema de seu filho (uma paralisia facial) a quem não pôde dar o devido tempo por causa do trabalho.

Enfim, era um dia especial. Uma demonstração de profundo respeito recebida da FMU, onde descerrou o busto de Rui Barbosa — que foi o primeiro relator da Constituinte quando a República engatinhava. E agora havia chegado a sua vez, exatamente quando o curso de Direito completa 160 anos.

Um dia perfeito para lembrar os 10 anos de direitos políticos cassados, quando era um parlamentar de trinta e poucos anos; e agora, nesta fase de transição, quando não tem a pretensão de elaborar uma Constituição que dure para sempre, mas que seja boa enquanto durar.

— Eu não tenho medo de ninguém — disse Cabral num tom de voz pouco mais alto para que todos ouvissem bem. Sou um homem de um passado limpo, a quem ninguém ousará fazer qualquer proposta de corrupção.

Bernardo Cabral disse tais palavras, sem ter relação com qualquer pergunta, porque os jornais de ontem publicaram que ele tinha recebido proposta das fábricas de cigarros para mexer no texto que proíbe a publicidade do fumo.

Reafirmou que não houve proposta de corrupção.

O texto substitutivo será levado para os membros do PMDB na próxima quarta-feira.

— Ouvirei meus colegas. A decisão será minha.

Os repórteres políticos experimentados queriam saber mais. Se a homenagem que o deputado recebia não tinha a conotação de um certo choque entre o grupo liberal e o radical, como se explicar entre as autoridades presentes até o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves?

— Sou amigo do ministro há mais de 30 anos. E isso não impediu que eu fosse cassado. Não costumo usar minhas amizades.

E continuou falando, sobre anistia:

— A emenda de 26 de junho de 69 diz que a partir de junho não haveria mais cassados porque o presidente Costa e Silva — já doente — não tinha condições de assinar. Depois disso apareceram cassações com a assinatura do presidente falsificada. Esses casos têm de sofrer reparações.

Em tempo: ele não é favorável à anistia dos militares do jeito que estão querendo (caso de cassações de ordem política). Se assim fosse, "teríamos uma legião de generais", salientou.

Antes de retirar-se, deixou claro que não pretende favorecer ninguém e lembrou que foi cassado, voltou 20 anos depois à política e poderia pleitear indenização com juros e correção.

Mas esse não é o seu objetivo.

Vital Botaglia

CURTAS